

Brasil

Aeroportos ilegais ocupam a Amazônia

■ Governo identifica 336 pistas de pouso e duas mil jazidas de ouro só no Tapajós

CARLOS FRANCO

O governo brasileiro decidiu combater com mais rigor a extração ilegal de ouro e outras atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, na Região Amazônica.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa do Ministério das Minas e Energia, já identificou 336 pistas de pouso — a maioria clandestina — e dois mil pontos de garimpo com ocorrência de ouro, em apenas 90 mil quilômetros quadrados da Região Amazônica, que tem uma área de 5,5 milhões de quilômetros quadrados.

Os mapas com a localização exata dessas jazidas e das pistas de pouso na região da bacia de médio curso do Rio Tapajós e de seus afluentes — pela margem direita, Tropas, Crepori, Jamaxim e Rato; pela margem esquerda, Quatá e Batalha — já estão em poder da Polícia Federal e da Receita Federal.

A região mapeada com as mais sofisticadas técnicas aeroespaciais e de levantamento geológico compreende os municípios de Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso, no Pará, além de Maués, no Amazonas.

Narcotráfico — Os técnicos da CPRM que trabalham no projeto pretendem mapear toda a Reserva Aurífera do Tapajós até abril do próximo ano e acreditam que algumas das pistas já identificadas possam ser usadas pelo narcotráfico. A Região Amazônica, fronteira à Colômbia — um dos maiores produtores de cocaína da América Latina — tem pistas em lugares de difícil acesso, o que facilita este tipo de atividade.

A chamada Reserva Aurífera do Tapajós, por exemplo, tem uma área de cerca de 120 mil quilômetros quadrados, onde se estima que existam mais de 400 pistas de pouso, com 90 mil garimpeiros e 10 empresas autorizadas explorando ouro.

O objetivo da CPRM, ao fazer o levantamento de jazidas de ouro, é estimular o aumento da produção, criando alternativa econômica para

a região, segundo seu presidente, Carlos Oití Berbert. Com isso, o governo poderá vender a concessão de áreas auríferas em poder da CPRM, ampliando os recursos para a realização de novos levantamentos geológicos.

Exaustão — Isto se tornou necessário porque as reservas de ouro de garimpos do Pará estão cedendo lugar ao ouro em rocha (primário), devido à exaustão da exploração do ouro de rio (aluvionar). Essa mudança está fazendo com que os antigos garimpos, mais primitivos e onde trabalha um grande contingente de pessoas, percam espaço para os mecanizados, que fazem uso de equipamentos sofisticados para a extração.

De acordo com dados levantados pelo superintendente da CPRM em Belém do Pará, Xafi da Silva, em 1994 a produção garimpeira era de 15 toneladas, contra 7,3 toneladas obtidas pela extração mecanizada. Em 1996, a exaustão do ouro de rio reduziu a produção dos garimpeiros da região para apenas 6 toneladas, enquanto as empresas passaram a produzir 10 toneladas.

Nesse sentido, esclarecem os técnicos da CPRM, os mapas têm também o objetivo de atrair empresas para a região, de forma a garantir o emprego desses garimpeiros. Para assegurar a sua presença, a CPRM, segundo Silva, está realizando um projeto-piloto na área de do Rio Crepori. "O trabalho de geologia social que vem sendo executado no Creporizão, um garimpo onde vivem 3 mil pessoas, rende mapas de aptidão agrícola, de solo, volume vegetal e qualidade da água, entre outros. A idéia é criar alternativas ocupacionais para a população", explica Silva.

Ao mesmo tempo, é do interesse da CPRM evitar a evasão de divisas na Região Amazônica. Por esse motivo, as superintendências da Polícia e da Receita Federal estão com cópias de todos os mapas, que também podem ser solicitados pelas empresas interessadas em explorar legalmente ouro na região.

O mapa da mina e dos aviões



Estrangeiros na corrida do ouro

A corrida do ouro na Região Amazônica está levando os garimpeiros a aprenderem não só as novas técnicas de extração do minério, mas também uma língua que só ouviam nos filmes: o inglês. A Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) estima que cerca de 10 a 12 empresas estrangeiras — entre as quais as gigantes Barrick Gold, RTZ-CRA, Goldfields, TVX-Gold — estão fazendo pesquisas na região.

O presidente da CPRM, Carlos Oití Berbert, sente-se orgulhoso do aumento dos investimentos na região, pois foi um dos defensores da abertura do setor mineral ao capital estrangeiro. E gosta de apontar os números que indicam que, antes de 1988 — quando a Constituição vetou o controle de empresas de mineração por estrangeiros —, os investimentos em pesquisa mineral somavam US\$ 80 milhões anuais. Tais investimentos caíram pela metade entre aquela data e 1995, quando o governo Fernando Henrique pôs fim às restrições às empresas estrangeiras. Resultado: os investimentos chegaram a US\$ 120 milhões no ano passado.

Os estrangeiros, porém, frustraram a CPRM, que esperava uma verdadeira corrida, em janeiro, para a venda da concessão da jazida de caulim, no Rio Capim, no Pará, licitada ao preço de R\$ 20 milhões. Doze empresas compraram o edital dessa reserva de 494 toneladas de minério, mas não houve nenhum lance.

Estudos — Agora a CPRM reestuda os editais e as condições para fazer uma nova oferta, também para as jazidas de ouro que estão em seu poder e cuja venda deve financiar novas pesquisas.

A CPRM já fez o levantamento de 106 regiões onde há ocorrência de ouro, com estimativas de reservas de 2.058.758 quilos do minério e um valor estimado em mais de US\$ 20 bilhões. O problema é que a cotação do ouro vem caindo no mercado internacional, o que explica o desinteresse até de investidores estrangeiros nas concessões.

Para estimular essa nova corrida do ouro, que não mais se restringe ao minério de fácil extração, os técnicos da CPRM chegaram até a incluir os

mapas das regiões já levantadas na Internet. O endereço é <http://www.cprm.gov.br>. Mas não basta analisar os levantamentos e correr para o local das jazidas sonhando em ficar rico do dia para a noite. Para iniciar a exploração, os interessados devem pedir autorização ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Com a licitação das reservas em seu poder, a CPRM, segundo seu presidente, quer dar continuidade às pesquisas minerais. O objetivo é dispor de levantamentos cada vez mais completos, como o que está em elaboração na Região Aurífera do Tapajós, para atrair investidores.

Além de produzir os mapas, a CPRM também vem estudando com técnicos canadenses a adoção de procedimentos que evitem a degradação causada pela exploração do ouro — principalmente a provocada pelo mercúrio, que contamina os rios da região. Entre as técnicas em fase de testes, está o uso de vegetação fluvial, como o aguapé, cujas raízes sugam metais pesados como o mercúrio, o chumbo e o zinco. (C.F.)